

N.F. Nº - 269094.0038/21-2  
NOTIFICADO - ALBERTO BRAZÃO CARQUEIJA  
NOTIFICANTE - EMILIO ALVES DE SOUZA FILHO  
ORIGEM - DAT SUL - INFAZ CENTRO SUL  
PUBLICAÇÃO - INTERNET - 15.03.2023

**6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL****ACÓRDÃO JJF Nº 0040-06/23NF-VD**

**EMENTA:** ITD. FALTA DE RECOLHIMENTO. DOAÇÃO DE QUALQUER NATUREZA. Descrição da infração trata da ocorrência de doação, sem recolhimento do imposto. Conquanto a situação fática é de Transmissão “CAUSA MORTIS” devido ao falecimento dos genitores do Notificado, fato comprovado por documentos constantes nos autos. Restou constatada a dissonância entre a acusação fiscal e a situação fática. Instância única. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 29/12/2021, exige do Notificado ITD no valor de R\$ 1.300,00, mais multa de 60%, equivalente a R\$ 780,00, e acréscimos moratórios no valor de R\$ 251,42, perfazendo um total de R\$ 2.331,42, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 41.01.03: falta de recolhimento do ITD incidente sobre doação de qualquer natureza.

Enquadramento Legal: art. 1º da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989. Tipificação da Multa: art. 13, inciso II da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Notificado apresenta peça defensiva (fls. 07/16) alegando que ele e seus irmãos: EMANUEL JORGE BRAZÃO, MARILDA BRAZÃO CARQUEIJA, MARIA DA AJUDA CARQUEIJA FERNANDES, ANTÔNIO ARGEU BRAZÃO CARQUEIJA, SILVIO BRAZÃO CARQUEIJA e JULIO CEZAR BRAZÃO CARQUEIJA são os únicos herdeiros do espólio de seus genitores ARGEU DE OLIVEIRA CARQUEIJA E ANGÉLICA BRAZÃO CARQUEIJA, conforme Escritura Pública de Inventário e Partilha, lavrada em 26/12/2013 (cópia em anexo).

Esclarece que o valor total dos bens e haveres dos espólios foi de R\$52.865,08 e que esta quantia foi partilhada pelos herdeiros em 1/7 avos, no valor de R\$ 7.552,16, sendo que o herdeiro SILVIO BRAZÃO CARQUEIJA recebeu 2/7 avos, no valor de R\$ 15.104,30.

Informa que, na Escritura supracitada, consta que os herdeiros apresentaram o cálculo do ITD, número do DAE 1307356619, aprovado pela SEFAZ/BA, no valor de R\$ 265,00, em nome de um dos herdeiros, o Sr. SILVIO BRAZÃO CARQUEIJA, e que este valor foi recolhido.

Ocorre que a SEFAZ/BA emitiu DAE no valor de R\$ 2.331,42, em nome de ALBERTO BRAZÃO CARQUEIJA. O pagamento foi realizado inexistindo débito perante a SEFAZ/BA.

Assevera que é indevida a cobrança, pois o Sr. ALBERTO BRAZÃO CARQUEIJA pagou, em conjunto com os irmãos o ITD devido e não apenas o quinhão.

Finaliza a peça defensiva requerendo a impugnação do lançamento.

Na Informação Fiscal (fls. 19/20), o Notificante reproduz o conteúdo do lançamento e da Impugnação apresentada, para em seguida esclarecer que, após analisar a documentação apresentada, constatou ter ocorrido o efetivo recolhimento do ITD incidente sobre o bem declarado pelo requerente ALBERTO BRAZÃO CARQUEIJA, havido como herdado em 2017. Aduz, que o respectivo DAE foi emitido em nome do inventariante e herdeiro Sr. SILVIO BRAZÃO CARQUEIJA, CPF nº 121.055.975-72.

Assevera que foram anexados os seguintes documentos a título de comprovação: cópia da Escritura Pública de Inventário e Partilha Extrajudicial do Espólio de MARIA DA GLORIA SANTOS AMARAL e seu Esposo JOSÉ CARDOSO AMARAL, na qual consta a transmissão de bens no montante de R\$52.865,08 para seis herdeiros, sendo um deles ALBERTO BRAZÃO CARQUEIJA, CPF nº 135.627.545-15, dentro do qual, considerou-se o valor declarado pelo Notificado, conforme comprovante em anexo. Acrescendo que, na época, a homologação do pagamento do ITD “*Causa Mortis*” encontrava-se sob os auspícios da PGE.

Finaliza a Informação Fiscal opinando pela improcedência do lançamento.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

## VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige da Notificada ITD no valor de R\$ 1.300,00, mais multa de 60%, equivalente a R\$ 780,00, e acréscimos moratórios no valor de R\$ 251,42, perfazendo um total de R\$ 2.331,42 e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da falta de recolhimento do ITD incidente sobre doação de qualquer natureza. Informa o Notificante que o Notificado deixou de recolher o imposto sobre doação registrada em sua DIRPF 2018, ano calendário 2017 (fls. 01 e 10).

Em síntese, o Notificado alega que ele e seis foram os únicos herdeiros do espólio de seus genitores ARGEU DE OLIVEIRA CARQUEIJA E ANGÉLICA BRAZÃO CARQUEIJA, conforme Escritura Pública de Inventário e Partilha, lavrada em 26/12/2013, cópia em anexo.

Informa que, na Escritura supracitada, consta que os herdeiros apresentaram o cálculo do ITD, número do DAE 1307356619, aprovado pela SEFAZ/BA, no valor de R\$265,00, em nome de um dos herdeiros, o Sr. SILVIO BRAZÃO CERQUEIRA e que este valor foi recolhido. Inexistindo débito perante a SEFAZ/BA.

Assevera que é indevida a cobrança, pois o Sr. ALBERTO BRAZÃO CARQUEIJA pagou, em conjunto com os irmãos o ITD devido e não apenas o quinhão. Finalizando peça defensiva requerendo a impugnação do lançamento.

Na Informação Fiscal, o Notificante esclarece que, após analisar a documentação apresentada, constatou ter ocorrido o efetivo recolhimento do ITD incidente sobre o bem declarado pelo Requerente ALBERTO BRAZÃO CARQUEIJA, havido como herdado em 2017. Finalizando a Informação Fiscal, opinando pela improcedência do lançamento.

Inicialmente, cabe registrar que, com base no estabelecido no parágrafo único do art. 155 do RPAF-BA/99, a seguir transcrito, não apreciarei a questão da nulidade do presente lançamento, haja vista a acusação fiscal tratar da existência de doação de qualquer natureza e a situação fática se referir à ocorrência de uma **Transmissão “Causa Mortis”**, note-se fatos geradores distintos, e ingressarei diretamente no mérito da lide.

*“Art. 155. A decisão resolverá as questões suscitadas no processo e concluirá pela procedência ou improcedência, total ou parcial, do lançamento do crédito tributário ou do pedido do contribuinte, ou ainda quanto à nulidade total ou parcial do procedimento.*

*Parágrafo único. Quando houver possibilidade de se decidir o mérito a favor do sujeito passivo a quem aproveitaria a declaração de nulidade, a autoridade julgadora não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta”.*

Compulsando as peças processuais, em particular: 1) Cópia da Escritura de Inventário e Partilha dos Espólios de ARGEU DE OLIVEIRA CARQUEIJA E ALDACY ANGÉLICA BRAZÃO, lavrada em 26/12/2013 (fls. 13/15v); e 2) Cópia de documento fornecido pela Receita Federal, referente à ocorrência de transferência patrimonial, tendo como beneficiário o Notificado (fl. 10), restou comprovado que o imposto cobrado neste lançamento, já havia sido recolhido. Pelo que entendo como descabida a presente exigência.

Registre-se que o art. 142 do CTN (Lei nº 5.172/1966), vincula a atividade fiscal às normas estabelecidas pela legislação tributária vigente, devendo a autoridade fiscalizadora agir nos estritos termos da legislação ao efetuar o lançamento do crédito tributário.

*“CTN - LEI Nº 5.172/1966*

*(...)*

*Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.*

*Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.*

*(...)”*

Nos termos expendidos, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância única, a Notificação Fiscal nº **269094.0038/21-2**, lavrada contra **ALBERTO BRAZÃO CARQUEIJA**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 15 de fevereiro de 2023

PAULO DANILO REIS LOPES – PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – RELATOR

VALTERCIO SERPA JUNIOR – JULGADOR